

O perfil sociodemográfico da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina e na Cidade de Florianópolis versus as estratégias e ações para o seu enfrentamento

The sociodemographic profile of the homeless population in the State of Santa Catarina and in the City of Florianópolis versus the strategies and actions to face them

El perfil sociodemográfico de la población sin hogar en el Estado de Santa Catarina y en la Ciudad de Florianópolis versus las estrategias y acciones para enfrentarlos

Bruna da Silva¹

ORCID: 0000-0003-2357-8406

Sara Helena do Nascimento¹

ORCID: 0000-0003-3676-1293

Luciana de Fátima Leite

Lourenço¹

ORCID: 0000-0002-2304-4562

Wanusa Grasiela Amante de

Souza¹

ORCID: 0000-0002-0711-759X

¹Faculdade de Santa Catarina.
Santa Catarina, Brasil.

Como citar este artigo:

Silva B, Nascimento SH, Lourenço LFL, Souza WGA. O perfil sociodemográfico da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina e na Cidade de Florianópolis versus as estratégias e ações para o seu enfrentamento. Glob Acad Nurs. 2020;1(3):e49.
<https://dx.doi.org/10.5935/2675-5602.20200049>

Autor correspondente:

Luciana de Fátima Leite Lourenço
E-mail: lu_fatima02@hotmail.com

Editor Chefe: Caroliny dos Santos
Guimarães da Fonseca
Editor Executivo: Kátia dos Santos
Armada de Oliveira

Submissão: 18-06-2020

Aprovação: 18-11-2020

Resumo

Objetivou-se descrever e analisar o perfil sócio demográfico da população em situação de rua cadastrada no Cadastro Único do Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis no período de 2014 a 2019 versus as estratégias e ações de saúde implementadas destinadas a essa população. Trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e retrospectiva, com abordagem quantitativa, que analisa o número de pessoas em situação de rua cadastrada no Cadastro Único do Sistema Único de Saúde, no Estado de Santa Catarina e na capital, Florianópolis entre os anos de 2014 e 2019. O número de pessoas da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis no período de 2014 a 2019 apresentaram tendência crescente. Os resultados obtidos com estudo permitem refletir que, apesar da expansão de políticas inclusivas voltadas para as questões sociais que envolvem a população em situação de rua, na prática, ainda se observa a necessidade de investimentos governamentais e não governamentais que possam reduzir a violência urbana e melhorar as condições de vida desta população, incluindo a facilidade ao atendimento satisfatório a saúde.

Descritores: Pessoas em Situação de Rua; Vulnerabilidade Social; Educação em Saúde; Estigmas Sociais; Perfis de Saúde.

Abstract

The aim was to describe and analyze the socio-demographic profile of the homeless population registered in the Unified Registry of the Unified Health System in the State of Santa Catarina and in the city of Florianópolis in the period from 2014 to 2019 versus the implemented health strategies and actions aimed at to that population. This is a documentary, descriptive and retrospective study, with a quantitative approach, which analyzes the number of homeless people registered in the Unified Registry of the Unified Health System, in the State of Santa Catarina and in the capital, Florianópolis between the years of 2014 and 2019. The number of homeless people in the State of Santa Catarina and in the city of Florianópolis in the period from 2014 to 2019 showed an increasing trend. The results obtained with the study allow us to reflect that, despite the expansion of inclusive policies aimed at social issues involving the homeless population, in practice, there is still a need for governmental and non-governmental investments that can reduce urban violence and improve the living conditions of this population, including ease of satisfactory health care.

Descriptors: Homeless People; Social Vulnerability; Health Education; Social Stigmas; Healthcare Profiles.

Resumén

El objetivo fue describir y analizar el perfil sociodemográfico de la población sin hogar inscrita en el Registro Unificado del Sistema Único de Salud en el Estado de Santa Catarina y en la ciudad de Florianópolis en el período de 2014 a 2019 versus las estrategias y acciones de salud implementadas dirigidas a a esa población. Se trata de un estudio documental, descriptivo y retrospectivo, con enfoque cuantitativo, que analiza el número de personas sin hogar inscritas en el Registro Único del Sistema Único de Salud, en el Estado de Santa Catarina y en la capital, Florianópolis entre los años de 2014 y 2019. El número de personas sin hogar en el Estado de Santa Catarina y en la ciudad de Florianópolis en el período de 2014 a 2019 mostró una tendencia creciente. Los resultados obtenidos con el estudio permiten reflexionar que, a pesar de la expansión de políticas inclusivas dirigidas a temas sociales que involucren a la población sin hogar, en la práctica, aún se necesitan inversiones gubernamentales y no gubernamentales que puedan reducir la violencia urbana y mejorar las condiciones de vida de esta población, incluida la facilidad de una atención sanitaria satisfactoria.

Descritores: Gente de la Calle; Vulnerabilidad Social; Educación para la Salud; Estigmas Sociales; Perfiles de Salud.



Introdução

A população em situação de rua (PSR) existe no Brasil, desde que o país era colônia de Portugal, período em que as fazendas iniciaram a libertação dos escravos, mesmo antes da abolição da escravatura (1888). No entanto, após a assinatura da Lei Áurea, não houve uma orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado¹.

Sendo assim, a abolição da escravatura fez com que os ex-escravos não fossem integrados ao mercado de trabalho formal, pois os fazendeiros preferiam a importação de força de trabalho europeia, que tinha baixo custo e era bancada pelo poder público. Em consequência os ex-escravos migravam para outros lugares a procura de melhores condições de vida, que sem sucesso, sofriam preconceito pela cor, o que continuou prejudicando qualquer ação dos libertos, trazendo grandes dificuldades para conseguir emprego, moradia e educação¹.

Embora exista relato de que as pessoas em situação de rua no Brasil tiveram como início o período colonial, não é possível dizer o momento histórico que este evento despontou como um problema social visível. Acredita-se que este fenômeno se tornou perceptível com o deslocamento da população rural, por volta da década de 1960, em decorrência da mecanização da mão de obra no campo, associado às facilidades nos grandes centros, em especial localizados na região sudeste do país. Desta forma, houve um aumento do número de desempregados e crianças abandonadas, e assim foi constituindo-se a população em situação de rua, que é composta por um público crescente nas cidades, nos revelando um sistema social desigual e supressor, formando situações de extrema vulnerabilidade^{2,3}.

Em consequência do processo de urbanização e modernização concomitante a desigualdade social, os dados publicados em 2019 no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o Estado de Santa Catarina (SC) tem aproximadamente 7.164.788 pessoas. E de acordo com o último censo realizado em 2010, Santa Catarina está em terceiro lugar no ranking nacional com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o valor de 0,774, ficando atrás somente dos Estados de São Paulo com 0,783 e Distrito Federal com 0,824. Em contrapartida Santa Catarina, com base em dados da plataforma de pesquisa CECAD 2.0, em 2019 havia aproximadamente 5.119 pessoas em situação de rua, cadastradas no Cadastro Único do SUS, sendo 1.187 pessoas concentradas na capital, Florianópolis⁴.

Mediante as informações citadas no parágrafo acima, acredita-se que este número de moradores em situação de rua no Estado aumente significativamente ao passar dos próximos anos, através do fenômeno denominado migração interna, definido por autor⁵ como a transição física de um indivíduo (ou de um grupo) de um setor geográfico para outro. Segundo o autor, o migrante está em busca de algo novo e melhor, para tal abdica seu local já conhecido, sua rede de interações, seus amigos e familiares, por algum motivo muito relevante. Essa

necessidade de migrar emerge uma percepção de realizações futuras sem importar-se com as adversidades que irão enfrentar⁶.

Santa Catarina apresenta-se em constante processo de desenvolvimento e crescimento, causando impactos visíveis no âmbito social e ambiental. E isso ocorre pelo fato de que o Estado possui atrativos turísticos, em especial Florianópolis, conhecida internacionalmente, acarretando o turismo sazonal e a crescente migração de pessoas. A cidade recebe migrantes ricos, com um bom poder aquisitivo e que procuram morar e desfrutar das belezas naturais que o local oferece, e migrantes pobres, com pouco poder aquisitivo, que avistam na capital uma nova oportunidade de emprego e qualidade de vida⁶.

Todavia, por consequência de diversas situações muitos desses migrantes não conseguem manter-se em Florianópolis, cujo custo de vida é um dos mais caros do país, e acabam ocupando territórios irregulares. Como exemplo, observa-se as áreas de preservação permanente, encostas, morros, mangues, dunas, entre outros, vivendo muitas das vezes de forma insalubre sem acesso a serviços básicos como água e energia elétrica, se tornando então vulneráveis as mazelas sociais⁶.

No que tange às políticas públicas, em dezembro de 2009 através do Decreto n.º 7.053, foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR) que assegura os direitos a população em situação de rua. Tal política visa minimizar os preconceitos enfrentados por esta população na procura de acolhimento, através do respeito, dignidade e da oferta ao atendimento humanizado e universalizado, bem como assegurar, o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde⁷.

Conforme este mesmo decreto considera-se que população em situação de rua é:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória⁷.

Além do decreto citado no parágrafo anterior, a Resolução n.º 2, de 27 de fevereiro de 2013, complementa a PNPSR, estabelecendo diretrizes e estratégias de orientações para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde, tendo como objetivo principal a população em situação de rua no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as estratégias definidas na Portaria, destaca-se a garantia do acesso aos serviços de saúde, a redução de danos à saúde decorrentes dos processos de trabalho na rua e das condições de vida, a melhoria dos indicadores e da qualidade de vida desta população. Também cita a recusa e repúdio a qualquer forma de exclusão e institucionalização compulsória que não atenda aos requisitos previstos em lei⁸.

Para alcançar esses objetivos a resolução



estabelece a ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito e à capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento da população em situação de rua, assim como a criação de meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o SUS para qualificar a oferta de serviços⁸.

As aprovações, dessas duas portarias referidas, são de suma importância para expor o dever e a obrigação social em acolher as pessoas em situação de ruas, visto que entre os obstáculos enfrentados por essa população na busca dos direitos sociais básicos, destaca-se a negação do direito à saúde. Poucos estudos buscam conhecer as estratégias desenvolvidas pela população em situação de rua frente à carência de serviços públicos e das adversidades de acesso aos existentes³.

Segundo menciona estudo⁹, os indivíduos em situações de rua estão expostos a vulnerabilidade social, uma vez que essas pessoas vivem em condições de vida insalubres e desumanas, tendo como impedimento o acesso aos direitos básicos da cidadania como educação, trabalho, moradia, segurança, alimentação, e isso decorre pelo fato de muitas das vezes não possuírem documentação e certidões, dados indispensáveis para receber até mesmo cuidados de saúde.

Assim sendo, de forma associada a fatores pessoais, a saúde das pessoas em situação de rua pode apontar tanto as causas quanto as consequências do cotidiano nas ruas, portanto estar nesta situação, expõe-se ao risco de adquirir novas doenças, bem como piorar doenças já existentes.

A vista disso, dentre dados publicados pelo Ministério da Saúde, sobre problemas de saúde mais comuns entre a população em situação de rua, destacam-se: problemas nos pés, infestações, IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis), AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), gravidez de alto risco, doenças crônicas, consumo de álcool e drogas, saúde bucal e tuberculose. Em consequência, as principais causas de internação são pelo uso de substâncias psicoativas, problemas respiratórios e causas externas.

Outras lacunas enfrentadas por este público são relevadas através da Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de rua, onde revela-se que os locais mais usados por essas pessoas para tomar banho são a rua, com uma porcentagem de 32,6%, os albergues/abrigos (31,4%), os banheiros públicos (14,2%), e a casa de parentes ou amigos, (5,2%). Além desses dados, a pesquisa também revela que 18,4% destas pessoas já passaram por experiências de constrangimento e foram impedidas de receber atendimento aos serviços de saúde^{10,11}.

Dado o exposto, objetivou-se descrever e analisar o perfil sócio demográfico da população em situação de rua cadastrada no Cadastro Único do Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis no período de 2014 a 2019 versus as estratégias e ações de saúde implementadas destinadas a essa população.

Metodologia

O presente estudo trata-se de uma pesquisa documental, descritiva e retrospectiva, com abordagem quantitativa, que analisa o número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único do SUS (CadSUS), no Estado de Santa Catarina e na capital, Florianópolis, entre os anos de 2014 e 2019.

A amostra foi desenvolvida através dos dados inseridos no Cadastro Único do SUS disponíveis no site de Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico, (CECAD 2.0), com dados disponíveis no Estado de Santa Catarina. Esta ferramenta permite compreender as particularidades socioeconômicas da população brasileira, assim como saber quais destas famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família.

Foram incluídos nesta pesquisa: as pessoas em situação de rua, cadastradas no Cadastro Único do SUS, com dados disponíveis no Estado de Santa Catarina, entre os anos de 2014 e 2019.

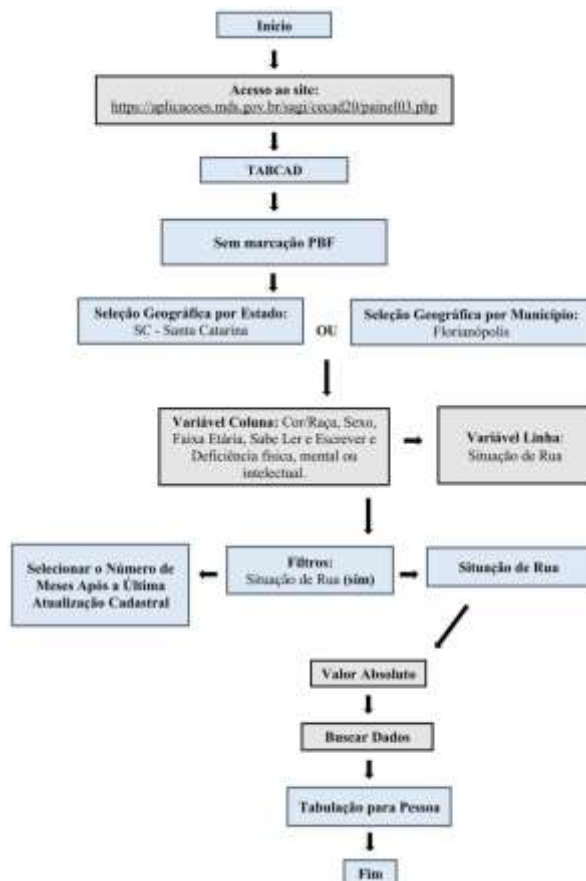
A partir das informações disponíveis na plataforma CECAD 2.0, as variáveis de situações de rua (faixa etária, sexo, cor ou raça, ler ou escrever, deficiência física e deficiência mental ou intelectual) foram determinantes para o presente estudo, por permitirem caracterizar o perfil da população em situação de rua cadastrada no CadSUS no Estado de Santa Catarina entre os anos de 2014 a 2019.

Os dados coletados foram introduzidos em banco de dados próprio utilizando o programa Excel para desenvolvimento das tabelas e documento do Word para descrição dos resultados. O estudo utilizou a análise descritiva simples, ou seja, realizado a descrição por números absolutos e sendo apresentado através de gráficos e tabelas.

A pesquisa foi realizada através de dados secundários de livre acesso, não sendo necessária a aprovação por um comitê de ética em pesquisa. Contudo foi respeitado aos princípios e diretrizes da Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, respeitando os princípios da dignidade, autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros¹².

Os dados foram coletados nos anos de 2014 a 2019, através de informações disponibilizadas no site de aplicações do ministério da saúde com base na plataforma CECAD 2.0, que se refere a Consulta, Seleção e Extração de Informações do Cadastro Único, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1. Fluxograma referente a coleta de dados no CECAD 2.0. Florianópolis, SC, Brasil, 2020



Resultados

Através da pesquisa na base de dados, CECAD 2.0, foi possível identificar que nos anos de 2014 a 2019, foram incluídos no Cadastro Único do SUS, no Estado de Santa Catarina na cidade de Florianópolis as pessoas em situação

de rua por faixa etária de 0 a maior de 65 anos. O Quadro 1 apresenta este índice de cadastros por faixa etária em ordem crescente no Estado, e o Quadro 2 retrata o índice de cadastros por faixa etária em ordem crescente em Florianópolis:

Quadro 1. Total de Pessoas em Situação de Rua Incluídas no Cadastro Único no Estado de Santa Catarina por faixa etária. Florianópolis, SC, Brasil, 2014-2019

FAIXA DE IDADE	NÚMERO DE PESSOAS
Entre 0 a 6 anos	27
Entre 7 a 17 anos	28
Entre 18 a 24 anos	377
Entre 25 a 34 anos	1.327
Entre 35 a 39 anos	849
Entre 40 a 44 anos	726
Entre 45 a 49 anos	574
Entre 50 a 54 anos	543
Entre 55 A 59 anos	373
Entre 60 a 64 anos	199

Maior que 65 anos	96
Número total:	5.119

Quadro 2. Total de Pessoas em Situação de Rua Incluídas no Cadastro Único na Cidade de Florianópolis por faixa etária. Florianópolis, SC, Brasil, 2014-2019

FAIXA DE IDADE	NÚMERO DE PESSOAS
Entre 0 a 6 anos	4
Entre 7 a 17 anos	4
Entre 18 a 24 anos	130
Entre 25 a 34 anos	342
Entre 35 a 39 anos	182
Entre 40 a 44 anos	152
Entre 45 a 49 anos	118
Entre 50 a 54 anos	119
Entre 55 A 59 anos	70
Entre 60 a 64 anos	47
Maior que 65 anos	19
Número total:	1.187

Conforme observado, o Estado de Santa Catarina no ano de 2014 cadastrou cinco pessoas com faixa etária entre 25 a 34 anos e somente uma pessoa entre 50 a 54 anos. Já em 2019, último ano de análise, foram cadastradas pessoas em situação de rua em todas as faixas etárias, sendo o maior número de cadastros entre 25 a 34 anos, com o índice de 667 pessoas inseridas no sistema. Na cidade de Florianópolis, no ano de 2014 foram cadastradas apenas duas pessoas com faixa etária entre 25 a 34 anos e uma pessoa entre 50 e 54 anos. Todavia, em 2019, foram cadastradas pessoas em situação de rua em todas as faixas etárias, exceto entre 7 a 17 anos. Entre as faixas etárias em análise, o maior número de cadastrados foi entre 25 e 34 anos, com 169 pessoas incluídas no CadSUS.

Foram identificados no Estado de Santa Catarina, 5.119 pessoas em situação de rua incluídas no CadSUS nos últimos cinco anos. Observa-se que 615 dessas pessoas são do sexo feminino e 4.504 do sexo masculino. Contudo, só em Florianópolis são acolhidas 1.187, sendo 170 pessoas do sexo feminino e 1.017 do sexo masculino.

Considerando as variáveis cor ou raça, o Estado de Santa Catarina apresenta o maior índice da raça branca apresentando um total de 3.174 pessoas, em segundo lugar a raça parda com 1.415, a raça preta com 483 pessoas, em terceiro lugar, e por último e em menor número a raça amarela, apresentando 19 pessoas, e indígena 18 pessoas.

Também foi possível identificar que entre os anos analisados, 10 pessoas inseridas no CadSUS na seleção geográfica de Santa Catarina, não foram classificadas em nenhuma Cor ou Raça.

Conforme a seleção geográfica da cidade de Florianópolis, o maior índice também é da raça branca com 704 pessoas, sendo em segundo raça parda apresentando 321, a raça preta 146 pessoas, em menor número a raça amarela com seis, e indígena três pessoas.

A variável Saber Ler e Escrever no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis demonstraram que no Estado, 4.776 pessoas em situação de rua sabem ler e escrever. Já na capital, são 1.130 pessoas alfabetizadas. Entre as 5.119 pessoas cadastradas na base Estadual, somente 343 não sabem ler e escrever, representando menos de 7% desta população em situação de rua. E em Florianópolis, de 1.187 pessoas, apenas 57 não são alfabetizadas. Conforme verificado, o Estado de Santa Catarina, possui atualmente 356 pessoas em situação de rua com deficiência física, enquanto 4.763 não responderam, ter ou não deficiência física. Já na Cidade de Florianópolis, 72 pessoas em situação de rua apresentam deficiência física, enquanto 1.115 não responderam se tinham ou não este tipo de deficiência.

De acordo com a plataforma em estudo, Santa Catarina tem atualmente 84 pessoas em situação de rua que



apresentam deficiência mental ou intelectual, enquanto 5.035 pessoas não responderam ter ou não deficiência física. Já cidade de Florianópolis, o número é de 16 pessoas com deficiência mental ou intelectual, enquanto 1.171 não responderam.

Discussão

A análise dos resultados encontrados na presente pesquisa permitiu caracterizar o perfil epidemiológico das pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único do SUS inseridas na plataforma CECAD 2.0, sendo observado um aumento no número de cadastros entre os anos de 2014 a 2019, no Estado de Santa Catarina e na capital Florianópolis.

Conforme as variáveis analisadas, a variável faixa etária nos revela em qual idade o ser humano se torna mais propenso a estar em situação de rua. Segundo dados da plataforma, em âmbito nacional, em março de 2020 havia aproximadamente 149.144 pessoas em situação de rua cadastradas no sistema. Analisando este número por regiões, observamos que a região sudeste lidera o maior índice de pessoas em situação de rua, tendo em torno de 94.482 pessoas nesta situação. A região sul do país possui cerca de 21.085, seguido do nordeste com 18.085, centro-oeste com 10.159, e em menor índice a região norte com apenas 5.333 pessoas em situação de rua. Verificamos que em relação a idade dessas pessoas, 32.701 estão na faixa etária entre 25 a 34 anos, seguido de 22.972 com idade entre 35 a 39 anos. Mediante a análise, essa faixa etária entre 25 aos 39 anos se manteve predominante também entre 2014 a 2019 em Santa Catarina.

As regiões de sul e sudeste possuem o maior número de pessoas em situação de rua, e a região norte o menor número. Esta análise está associada ao que foi mencionado por autor⁵ sobre migração interna, onde indivíduos menos favorecidos migram para outras regiões em busca de novas oportunidades. As duas regiões com o maior índice de pessoas em situação de rua são consequentemente os locais com que possuem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano, segundo o IBGE¹³. Em especial o Estado de São Paulo e sua capital, sendo a cidade mais povoada do país.

Isto posto, correlacionamos a faixa etária entre 25 aos 39 anos com o sexo masculino, visto que em inúmeras pesquisas realizadas nacionalmente o sexo masculino prevaleceu em maior número em relação as mulheres em situação de rua. Conforme exposto no parágrafo anterior, o Brasil abriga cerca de 149.144 pessoas em situação de rua, sendo 128.620 do sexo masculino e somente 20.524 do sexo feminino. No Estado de Santa Catarina, 87,98% das pessoas em situação de rua são homens, e na capital, 85,67%. Enquanto o número de mulheres é de 12,01% no Estado e 14,32% na cidade de Florianópolis. Embora o número de mulheres em situação de rua é significativamente inferior se comparado ao grupo masculino, as mulheres são forçadas a conviver em um contexto de violência e preconceito, o que muitas já vivenciavam antes mesmo da ida para as ruas. A

vida na rua obriga as mulheres a lidarem com diversas situações em relação ao seu corpo, sexualidade e em alguns casos, com o cuidado aos seus filhos. Enfatiza-se ainda a necessidade de lidar com o estereótipo criado pela sociedade de que a mulher ideal é a mãe-cuidadora, visível tanto no senso comum quanto nas políticas públicas, que valoriza a mulher inserida dentro do contexto familiar^{4,9}.

De acordo com um estudo realizado em Calgary Canadá, entre os fatores que contribuem para vulnerabilidade das mulheres em situação de rua, ressalta-se o fato de possuir filhos como causa para expor a mulher em uma situação de maior vulnerabilidade. Segundo participantes da pesquisa, o número de vagas para mulheres com filhos em abrigos é menor ao disponibilizado aos homens. A pesquisa também aponta que a dificuldade dessas mulheres em conseguir emprego por conta dos filhos também é grande. Por consequência à incapacidade de suprir as demandas básicas da família, muitas dessas mulheres optam por deixar seus filhos para adoção ou aos cuidados de um parente próximo. Logo, perder a guarda de seus filhos poderá ser propulsora para afetar a saúde mental e diminuir a esperança na vida¹⁴.

Além dos fatores citados acima, outras pesquisas também revelam que durante os primeiros meses em situação rua, as mulheres mencionam a violência sexual como o maior medo vivido nesta realidade, especialmente pelas mais jovens. Contudo, para estabelecer uma estratégia de autoproteção na convivência com os pares e outras pessoas desconhecidas, essas mulheres, muitas vezes usam armas e dormem em grupo, quando estão ao ar livre⁹.

Observa-se, portanto, nesta aproximação com a literatura, que a mulher, apesar de sua evolução na escala social e familiar, ainda se caracteriza como um seguimento mais susceptível à violência, mesmo quando inserida no contexto sócio familiar. Esta vulnerabilidade aumenta consideravelmente, para as mulheres em situação de rua, na qual a falta de proteção é total, que a torna sujeito de variadas doenças, físicas e mentais.

Em relação a variável cor ou raça, com base nos dados coletados, Estado de Santa Catarina obteve aumento de 36,46% do ano de 2014 a 2019 entre todas as cores ou raças. Nesta análise, constatou-se que 62% se consideram de cor ou raça branca e 38% das pessoas entrevistadas para o cadastro se auto declaram de outra cor ou raça. Estes dados se assemelham aos valores inseridos no CECAD 2.0 para o período de março de 2020, dividindo o país por regiões, onde apenas a região sul possui o maior índice de pessoas em situação de rua que se auto declaram brancas, totalizando 11.987 pessoas. As demais regiões do país estão classificadas em maior número de pessoas de cor ou raça parda, sendo o sudeste a região que se concentra o número maior de pessoas autodeclaradas pardas, com 43.435, seguido da região nordeste 13.078 pessoas.

Corroborando com as informações extraídas da plataforma em estudo, pesquisa constatou que Florianópolis se assemelha ao município de Porto Alegre, totalizando em ambas a cidades o índice superior a 52% de pessoas em situação de rua que se autodeclararam de cor ou raça branca¹⁵.



Conforme exposto, buscou-se conhecer as estratégias desenvolvidas pelo governo para minimizar o impacto social em relação às pessoas em situação de rua. Em nível nacional, está instituído através da Política Nacional Para a População em Situação de Rua que estes devem ser acolhidos pelos consultórios de rua, unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial, unidades de pronto atendimento, hospitais (emergências) e serviços de atendimento móvel de urgência (SAMU). Neste mesmo contexto, pode-se também citar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), que se atualizou em 2011, e tem como objetivo dar ênfase ao gênero, a integralidade do acesso, e a promoção a saúde. Destacando como base os princípios norteadores SUS, buscando estabelecer os avanços aos direitos sexuais e reprodutivos, melhorando o serviço à assistência obstétrica, o planejamento familiar, a atenção ao abortamento inseguro e o combate à violência doméstica e sexual^{10,16}.

Mediante as estratégias em saúde desenvolvidas pela prefeitura de Florianópolis, pode-se destacar alguns dos programas e projetos que atuam no acolhimento da população carente e em situação de rua na cidade, dentre eles estão: o centro de referência especializado de assistência social para a população em situação de rua (Centro POP), que até o ano de 2017 se localizava na passarela do samba Nego Quirido, tendo como objetivo realizar atendimento especializado, e prestar serviços continuados à população adulta e suas famílias, que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência¹⁷.

Esses serviços eram ofertados no Centro POP através da prática de atividades direcionadas ao desenvolvimento social, relações de solidariedade, afetividade e respeito. Visando preservar a integridade e autonomia da população em situação de rua, e tendo como objetivo fortalecer os vínculos seja eles interpessoais e/ou familiares, dando novas oportunidades de vida, conforme a escolha dos usuários¹⁷.

Segundo a Secretaria de Assistência Social, o Centro POP precisou passar por uma reordenação da assistência, devido ao recebimento de inúmeras denúncias de que o atendimento a este público estava sendo insuficiente. Desta maneira, passou a ser um espaço exclusivamente para ações voluntárias, disponibilizando, café da manhã, almoço e lanche, além de espaço para a higiene pessoal. Entretanto, os acompanhamentos com a equipe interdisciplinar (assistentes sociais e psicólogos) foram repassados para um prédio na praça Pereira Oliveira, também localizados no centro da cidade. Por conta desta mudança, o espaço na Nego Quirido passou a ser chamado de Centro Voluntário Floripa Social¹⁸.

Florianópolis também oferta o serviço especializado em abordagem social, que é executado por assistentes sociais e educadores sociais, diretamente nas ruas, por meio de denúncias e abordagens espontâneas. Realizado de forma contínua e programada com objetivo de garantir a abordagem e busca ativa, para identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, e adultos em situação de rua¹⁷.

Este tipo de notificação deve ter resolução imediata, promovendo a inserção do indivíduo a rede de serviços sócio assistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos. Além disso, a cidade disponibiliza a Casa de Apoio Social ao Morador em Situação de Rua, que oferta o número total de 30 vagas, e se dispõe a acolher o público masculino, acima de 18 anos. A casa de Passagem para Mulheres em Situação de Rua e/ou Violência, abrigam mulheres acima de 18 anos e a Casa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, recebem criança de ambos os sexos entre 7 a 18 anos incompletos. A Casa de Acolhimento de Crianças e Adolescentes possui 10 vagas e o período máximo de estadia é por 30 dias, sendo prorrogável por igual período. Estes serviços trabalham no período de 24 horas ininterruptas e é oferecido através do encaminhamento das redes governamentais e não governamentais^{17,19}.

No tocante a variável ler ou escrever, verifica-se que no Estado de Santa Catarina 93,29% das pessoas em situação de rua são alfabetizadas, em Florianópolis este índice aumenta para 95,19%. Por meio da análise dos resultados obtidos em SC, foi realizado o levantamento desta variável em outras regiões do país, sendo constatado que as regiões com maiores índices de alfabetização associa-se com os lugares com maior número de pessoas em situação de rua. Na região sudeste, 85.887 pessoas em situação de rua sabem ler e escrever, seguido das regiões sul (19.401), nordeste (14.554), centro-oeste (8.782) e norte (4.437).

Como estratégia nacional para reduzir ainda mais os indicativos de analfabetismo, citamos os seguintes programas: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), programa criado pelo governo federal no ano de 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica através de projetos e ações de assistência técnica e financeira²⁰.

Segundo estudo²¹, ao criar alternativas educacionais, implantando turmas de educação de jovens e adultos (EJA) e PRONATEC mostraram como principal dificuldade encontrar profissionais que se disponibilizassem a trabalhar com o público da população em situação de rua, considerando a insegurança, o preconceito social e o estigma que esta população se encontra. Em 2014 foi ofertado vagas de cursos do PRONATEC pela assistência social de Florianópolis em parceria com o plano Brasil sem miséria. O curso profissionalizante oferecido foi de instalador eletricista realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em parceria com Centro POP.

No ano de 2019, a prefeitura de Florianópolis em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, e o apoio do Movimento da População de Rua de Santa Catarina, abriu uma turma de educação de jovens adultos e idosos para as pessoas da em situação de rua, além das aulas ministradas no instituto Arco-Íris, localizado na região central da capital. Os estudantes cadastrados recebiam como auxílio o material escolar, lanche e itens de higiene pessoal. Mediante pesquisa realizada no banco de dados da prefeitura de Florianópolis, atualmente não há registros que esses cursos



continuam sendo disponibilizados para população em situação de rua²².

No que corresponde a variável deficiência física e deficiência mental ou intelectual, o Brasil possui hoje cerca de 14.357 pessoas em situação de rua que são portadoras de alguma deficiência, sendo 10.819 com deficiências físicas e 3.538 com deficiência mental ou intelectual. Com base nas informações inseridas no CECAD, a região sudeste possui o maior número de pessoas em situação de rua e que são portadores de deficiências, totalizando 8.939, seguido da região sul com 2.211. Entretanto no Estado de Santa Catarina há cerca de 356 portadores de deficiência física e 84 pessoas portadores de deficiência mental ou intelectual, já em Florianópolis há aproximadamente 72 pessoas em situação de rua portadores de deficiência física e 16 com deficiência mental ou intelectual.

De acordo com a Fundação Catarinense de Educação Especial o portador de deficiência tem o direito do passe livre interestadual, que é um programa do governo federal que confere a gratuidade nas passagens para viajar entre os estados brasileiros. O passe livre pode ser utilizado no transporte coletivo interestadual convencional por ônibus, trem ou barco, abrangendo o transporte interestadual semiurbano. Outra medida usada para facilitar a mobilidade do portador de deficiência em Florianópolis, é o Programa Dáx um Banho, coordenado pela Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. O Programa tem parceria com a administração municipal da Aflodef (Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos) e o Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina. Este programa tem como objetivo a busca pelo lazer do portador de deficiência física. Com isso, através de uma cadeira de rodas especial, essas pessoas têm a possibilidade de entrar no mar durante a temporada de verão. Esta atividade pode ser consultada pelo aplicativo Praia Segura, disponível para Android e iOS, vale ressaltar que durante todo o tempo que o portador de deficiência física permanecer no mar terá o auxílio dos profissionais do corpo de bombeiros que fazem parte do projeto^{18,23}.

Considerações Finais

A realização do presente estudo permitiu a identificação do perfil sócio demográfico da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis nos anos de 2014 a 2019. Os dados demonstram que a população em situação de rua cadastrada no Cadastro Único do SUS, na região sul do país são principalmente de cor ou raça branca, diferenciando-se das demais regiões que possui predominância de cor ou raça parda. Destacamos que mais de 85% da população em situação de rua no Estado de Santa Catarina e em Florianópolis são do sexo masculino, e com faixa etária prevalente entre 25 e 34 anos, sendo a maioria alfabetizada. Constatou-se que desta população em situação de rua no Estado de Santa Catarina (5.119), 440 são portadores de deficiência física ou intelectual, totalizando (8,59%).

A importância deste estudo se justifica pelo impacto

na sociedade e repercussão, contribuindo para redução do estigma social e enfatizando a relevância do profissional enfermeiro no acolhimento e na continuidade da assistência da pessoa em situação de rua, além de colaborar com o meio acadêmico estimulando novas pesquisas sobre o tema.

Os resultados demonstram descontrolado aumento desta população, pois com o passar dos anos o número de pessoas em situação de rua é cada vez maior. Para que seja possível traçar estratégias e ações para este público, se faz necessário conhecer o perfil sócio demográfico destes indivíduos em cada região do Brasil. Conhecendo seu perfil, será possível elaborar métodos que foquem nas principais necessidades e com finalidade de melhorar as condições de vida, trazendo oportunidades para as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade retornarem ao mercado de trabalho e se tornarem cidadãos ativos na sociedade civil.

Destaca-se, nesta perspectiva, a importância da Atenção Primária à Saúde na qual se inscreve a estratégia dos consultórios de rua como uma porta de entrada destes usuários no sistema único de saúde. Cabe a equipe de enfermagem, em especial o enfermeiro, e os demais profissionais de saúde, capacitar-se para acolher essas pessoas de modo eficaz, produzindo um cuidado específico e inclusivo que considere as experiências vivenciadas pela população de rua.

Os resultados obtidos com o estudo permitem refletir que, mesmo com a expansão de políticas inclusivas voltadas para as questões sociais que envolvem a população em situação de rua, na prática, ainda se observa a utilidade de investimentos governamentais e não governamentais. Investimentos estes que permitem além de ampliar os programas existentes, produzir novos projetos com foco neste público. Reduzindo, portanto, a incidência e a prevalência dessas pessoas em condição de rua, a violência urbana e melhorando as condições de vida desta população, incluindo a facilidade ao atendimento humanizado a saúde.

Evidenciamos com o presente trabalho a escassez de programas de saúde específicos para as variáveis analisadas. Em nível municipal, salientamos que as vagas disponibilizadas pela prefeitura de Florianópolis nas Casas de Apoio referidas anteriormente, são extremamente inferiores a demanda. Visto que mais de 85,67% da população em situação de rua na capital é do sexo masculino, o que corresponde em 1017 homens para somente 30 vagas na Casa de Apoio ao Morador de Rua. Também destacamos a descontinuidade das ações, como é o caso dos cursos ofertados em 2014 pelo PRONATEC e o EJA, em 2019. Além disso, mencionamos que os dados publicados pela prefeitura de Florianópolis não trazem todas as informações sobre este público, mascarando a realidade deste problema social.

Portanto, as vulnerabilidades identificadas a partir da busca na plataforma do Cadastro Único do SUS, CECAD 2.0, e a pesquisa por estratégias de saúde, remetem à necessidade do profissional enfermeiro e os demais profissionais de saúde a buscarem mecanismos para proverem o cuidado integral e humanizado à população em



situação de rua. Assim como, cabem ações interdisciplinares na mediação e/ou criação que vão de encontro com as expectativas apresentadas neste estudo, proporcionando

perspectivas não compreendidas e que sustentem a manutenção da condição de viver na rua.

Referências

1. Maringoni G. O destino dos negros após a Abolição da Escravatura. Geledés Instituto da Mulher Negra [Internet], 2012 [acesso em 28 ago 2019]. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-destino-dos-negros-apos-abolicao-por-gilberto-maringoni/>
2. Cunha JMP. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. Rev. São Paulo em Perspectiva. 2005;19(4):3-20. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392005000400001>
3. Vale AR, Vecchia MD. “Upa é nós aqui mesmo”: as redes de apoio social no cuidado à saúde da população em situação de rua em um município de pequeno porte. Rev. Saúde Sociedade. 2019;8(1):222-234. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902019180601>
4. Ministério da Cidadania (BR). CECAD – Consulta, seleção e extração de informações do CadÚnico [Internet]. Brasília (DF): Ministério da Cidadania, 2019 [acesso em 14 mar 2020]. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/sobre.php>
5. Pastore J. Brasília: a cidade e o homem, uma investigação sociológica sobre os processos de migração, adaptação e planejamento urbano. São Paulo: Ed. Nacional/ EDUSP; 1969.
6. Fraga ST. A Migração de Trabalhadores (as) do Oeste e sua inserção no processo de precarização do trabalho em Florianópolis. Florianópolis, SC, 2006. 56 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Curso de Serviço Social.
7. Brasil. Decreto n.º 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersecretorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências [Internet]. Brasília (DF): Presidência da República/ Casa Civil, 2009 [acesso em 05 set 2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
8. Ministério da Saúde (BR). Gabinete do Ministro. Comissão Intergestores Tripartite. Resolução nº 2, de 27 de fevereiro de 2013b. Define a diretrizes e estratégias de orientação para o processo de enfrentamento das iniquidades e desigualdades em saúde com foco na População em Situação de Rua (PSR) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) [Internet]. Brasília (DF), 2013 [acesso em 20 jan 2020]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cit/2013/res0002_27_02_2013.html
9. Biscotto PR, Jesus MCP, Silva MH, Oliveira DM, Merighi MAB. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. Rev esc enferm USP [Internet]. 2016;50(5). <https://doi.org/10.1590/s0080-623420160000600006>
10. Ministério da Saúde (BR). Em situação de Rua. Campanha Políticas de Equidade para tratar bem de todos: Saúde da população em situação de rua [Internet]. Brasília (DF): MS, 2017 [acesso em 20 jan 2020]. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/component/content/article/869-politicas-de-equidade-em-saude/41381-em-situacao-de-rua>
11. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Coordenação Geral de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Saúde da População de Rua: Um direito humano [Internet]. Brasília (DF): MS, 2014 [acesso em 30 mar 2020]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_populacao_situacao_rua.pdf
12. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Panorama de Santa Catarina [Internet], 2019 [acesso em 30 mar 2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/.html?>
13. Shier ML, Jones ME, Graham JR. Sociocultural factors to consider when addressing the vulnerability of social service users: insights from women experiencing homelessness. Affilia J Women Soc Work. Public. 2011;26(4):367-81. <https://doi.org/10.1177%2F0886109911428262>
14. Pimenta MM. Pessoas em Situação de Rua em Porto Alegre: Processos de Estigmatização e Invisibilidade Social. Civitas. 2019;19(1):82-104. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2019.1.30905>
15. Ministério da Saúde (BR). Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – princípios e diretrizes [Internet]. Brasília (DF): MS, 2011 [acesso em 06 out 2019]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf
16. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Floripa Social: projeto de atendimento integrado às pessoas em situação de rua [Internet]. Florianópolis (SC): PMF, 2018 [acesso em 05 set 2019]. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/Projeto_Floripa_Social_Pessoas_em_Situacao_de_Rua.pdf
17. ND +. SAÚDE. Programa de inclusão garante deficientes nas praias de Florianópolis [Internet]. Public. in 17 de dez. de 2019 [acesso em 02 mai 2020]. Disponível em: <https://ndmais.com.br/noticias/programa-de-inclusao-garante-deficientes-nas-praias-de-florianopolis/>
18. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social [Internet]. Florianópolis (SC): PMF, 2020 [acesso em 30 abr 2020]. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/saej/index.php?pagina=servpagina&id=4637>
19. Ministério da Educação. Pronatec [Internet]. Brasília (DF): MEC, 2018 [acesso em 20 abr 2020]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>
20. Frigotto AF. As Pessoas em Situação de Rua e a Importância do Trabalho de Rede no Acesso à EJA e à Educação Profissional. Instituto Federal de Santa Catarina. Curso de pós-graduação lato sensu em educação profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – PROEJA. 2015. 26 p.
21. Prefeitura Municipal de Florianópolis. Secretaria Municipal de Assistência Social [Internet]. Florianópolis (SC): PMF, 2019 [acesso em 01 mai 2020]. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?pagina=notpagina¬i=20674>
22. Governo de Santa Catarina. Fundação Catarinense de Educação Especial. Passe Livre Interestadual [Internet]. [acesso em 02 mai 2020]. Disponível em: <http://www.fcee.sc.gov.br/informacoes/beneficios-para-pessoas-com-deficiencia/passe-livre-interestadual>

